

CONSTRUINDO IDENTIDADES LÉSBICAS: RESGATANDO HISTÓRIAS DO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO E SUA RELEVÂNCIA NA EDUCAÇÃO.

Lia Maura Carelli Baptisttella ¹
Andréa Giordanna Araujo da Silva ²

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo discutir identidades lésbicas por meio do resgate histórico de mulheres que se envolveram afetivo/sexualmente com outras durante o período colonial do Brasil. Argumenta-se que essa história deve estar presente nos espaços escolares, especialmente nas aulas de história, como parte essencial na construção de uma história e uma escola que valorizem a diversidade. A invisibilidade das mulheres lésbicas na história, sobretudo na história escolar, perpetua discursos lesbofóbicos que as consideram como algo atual ou uma consequência das problemáticas contemporâneas. Ao considerarmos as mulheres que se relacionavam com outras no passado da história do Brasil, construímos uma perspectiva significativa da existência desses sujeitos, historicizando as diversas orientações sexuais e suas formas de vivenciá-las. A partir do documento do Tribunal do Santo Ofício, que condenou 29 mulheres no Brasil no final do século XVI, e com base no resgate dessas identidades por Luiz Mott e Ronaldo Vainfas, além da discussão sobre a heterossexualidade compulsória conceituada por Adrienne Rich, resgatamos parte da história dessas mulheres e discutimos como a norma sexual imposta apagou suas histórias. Além disso, trazemos essa discussão histórica acadêmica para o espaço escolar, fundamentadas nos conceitos pós-estruturalistas de Guacira Lopes Louro sobre a relevância do estudo das sexualidades não heteronormativas na construção de uma escola que forme estudantes críticos em relação às normas impostas e reconhecedoras da pluralidade de existências. Os principais resultados dessa análise revelam a escassa discussão e pesquisa sobre essa temática, destacando a necessidade de abordá-la nos espaços escolares.

Palavras-chave: Identidade Lésbica, Ensino de História, Resgate História, Heterossexualidade Compulsória.

INTRODUÇÃO

A história ensinada nas salas de aula ainda se baseia, em grande parte, nas ações e feitos heroicos de homens, especificamente homens cisgêneros brancos e heterossexuais, com pouca atenção às contribuições das mulheres. Embora a historiografia tenha avançado nas discussões

¹ Mestranda do Curso de Ensino da História (Profhistória) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – PE, liacarelli8@gmail.com;

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – PE, agiordanna1@gmail.com;

sobre a história das mulheres, a narrativa predominante ainda não reflete a diversidade de experiências e identidades.

Nos últimos anos, temos testemunhado um aumento significativo da presença das histórias de mulheres em produções acadêmicas e científicas, o que tem permitido abrir novas portas para explorar outras perspectivas históricas. No entanto, quando se trata de integrar essas histórias nas escolas de Ensino Básico, ainda enfrentamos desafios significativos na busca por uma história mais inclusiva e plural.

É importante ressaltar que agrupar todas as mulheres em um único bloco, ignorando suas diferenças, apenas perpetua a exclusão de um grupo social incrivelmente diverso. Para verdadeiramente compreender as experiências das mulheres ao longo do tempo, devemos reconhecer e celebrar suas diferentes formas de existência, levando em consideração fatores como classe, etnia, raça, idade e orientação sexual.

Acreditamos que a história desempenha um papel fundamental na compreensão do presente, pois nos permite refletir sobre as construções sociais que moldam nossa sociedade atual. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo dar visibilidade às histórias que foram apagadas ao longo do tempo devido a decisões discriminatórias, em particular as experiências de mulheres dissidentes da heterossexualidade. Nossa pesquisa também se concentra em ampliar as perspectivas históricas no ensino de história do Ensino Básico, propondo o estudo de mulheres que se relacionaram romanticamente durante o chamado Período Colonial no Brasil.

É importante esclarecer que embora seja anacrônico rotulá-las como "lésbicas", uma vez que não existia um termo para identificação na época, utilizamos essa designação por razões políticas, como um ato de reconhecimento e solidariedade com as mulheres lésbicas contemporâneas que buscam entender suas raízes históricas.

No atual contexto, caracterizado por altos índices de homofobia e rejeição à diversidade de identidades que não se encaixam nas normas tradicionais, torna-se imperativo resgatar as narrativas daqueles que desafiaram as convenções sociais no passado. A sexualidade é uma dimensão intrínseca da experiência humana, e ao longo da história, foi vivida de maneiras diversas em diferentes civilizações, inclusive no Brasil.

Desde os tempos da chegada dos portugueses a essa terra, foram estabelecidas imposições sobre como as pessoas deveriam se relacionar e formar famílias, com base em

princípios morais cristãos impostos pelo Estado. Essas normas sociais rígidas foram particularmente opressivas em relação à sexualidade feminina, que era frequentemente vista como inferior ou inexistente na ausência de um homem.

Nossa pesquisa se concentra no resgate histórico das mulheres que enfrentaram a repressão do Tribunal da Santa Inquisição entre 1592 e 1595 no Nordeste do Brasil, acusadas do crime de sodomia. É importante observar que, historicamente, o termo "sodomia" estava associado a homens que mantinham relações sexuais com outros homens, e não há registros claros de um termo específico que as identificasse na época. Isso se deve, em parte, à visão dominante de que a sexualidade feminina só podia ser compreendida em relação à presença masculina. No entanto, é fundamental reconhecê-las como parte integrante da história e da resistência contra as normas sociais opressivas de sua época.

Nossa pesquisa levanta uma questão fundamental: onde estão as histórias das mulheres lésbicas na história? Embora já existam pesquisas e documentos que documentem suas vidas, ainda há uma lacuna considerável em sua inclusão nos ensinamentos escolares. Em uma educação histórica verdadeiramente inclusiva, não podemos permitir que certos modelos sociais prevaleçam enquanto outros são apagados. É essencial que essas histórias sejam trazidas para as salas de aula, pois elas não apenas enriquecem nosso entendimento do passado, mas também promovem a aceitação e o respeito à diversidade no presente.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo adota uma abordagem interdisciplinar que combina a pesquisa histórica, análise bibliográfica e os princípios teóricos pós-estruturalistas. O processo metodológico consiste em várias etapas interconectadas, visando alcançar os objetivos estabelecidos.

Primeiramente, nossa pesquisa envolve a coleta de dados históricos, que se inicia com o acesso a registros do Tribunal do Santo Ofício relativos às 29 mulheres condenadas no Brasil entre 1592 e 1595. Essas fontes são obtidas por meio de arquivos históricos. Além disso, utilizaremos as pesquisas conduzidas por Ronaldo Vainfas (1989) e Luiz Mott (1987), que já compilaram informações sobre esses casos.

Paralelamente, realizamos uma análise bibliográfica extensa para mapear o conhecimento existente sobre o tema. Exploramos obras acadêmicas, artigos científicos e outros

tipos de publicações relacionadas à história das mulheres no Brasil, à história da sexualidade e à história do período colonial. Essa análise bibliográfica não apenas nos fornece contexto e fundamentação para a pesquisa, mas também nos permite identificar lacunas e áreas em que nossa pesquisa pode contribuir.

Uma vez que tenhamos reunido os dados históricos e realizado a análise bibliográfica, procedemos à análise e interpretação dessas fontes. Nosso foco está na identificação das histórias das mulheres que mantiveram relações afetivas/sexuais com outras mulheres durante o período colonial brasileiro. Além disso, examinamos os contextos sociais, culturais e religiosos da época para compreender as razões por trás das acusações de sodomia e as penalidades impostas.

Nossa abordagem teórica incorpora os conceitos de Adrienne Rich (1982) sobre a heterossexualidade compulsória. Isso nos permite investigar como as normas sociais contribuíram para o apagamento histórico das mulheres envolvidas em relações lésbicas e como isso perpetuou a opressão. Além disso, aplicamos os conceitos de Guacira Lopes Louro (1997) para compreender como as construções de gênero e sexualidade são reproduzidas nas escolas e, assim, pontuar a relevância de temáticas dissidentes da heteronormatividade dentro das salas de aula.

Esta pesquisa tem como resultado a sensibilização para a importância de incluir nas narrativas históricas a existência de mulheres envolvidas em relações lésbicas durante o período colonial brasileiro. Concluímos enfatizando os benefícios de uma abordagem inclusiva no ensino de história, que respeita e celebra as diferentes formas de existência.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo baseia-se em três principais bases teóricas, sendo a primeira delas a teoria de Adrienne Rich, uma escritora estadunidense branca, que na década de 1980 lançou o artigo "Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica"³. Neste artigo, Rich explora o conceito de heterossexualidade compulsória como uma instituição política que oprime as mulheres, retirando o poder delas (2010, p.19). Ela discute como a imposição da

³ Originalmente este Ensaio foi produzido no ano de 1980 e sua tradução para o português ocorreu no ano de 2010 por Carlos Guilherme do Valle.

heterossexualidade resulta em um modelo opressivo que subjuga as mulheres, destacando a violência que está subjacente a essa imposição.

A violência que as mulheres enfrentam ao longo de suas vidas está enraizada na imposição da heterossexualidade, que se constitui através da submissão do corpo da mulher ao homem (2010, p.19). A consequência desse sistema é o apagamento histórico das lésbicas e a marginalização social e histórica que elas vivem. Esse apagamento serve principalmente para manter o poder masculino dominante, uma vez que o relacionamento lésbico desafia a dependência da mulher em relação ao homem.

É fundamental questionar o formato histórico-cultural que moldou a identidade lésbica e desnaturalizar o modelo único de relacionamento heterossexual. Esse processo é crucial na luta feminista e na desconstrução dos tabus e violências associadas ao machismo heteronormativo.

A heterossexualidade compulsória faz com que a experiência lésbica seja percebida através de uma escala que vai do desviante ao odioso, ou simplesmente como invisível (2010, p.21). Isso acontece porque a sociedade considera a heterossexualidade como a inclinação emocional e sexual natural para as mulheres.

Rich ressalta que questionar a heterossexualidade como uma "preferência" ou "escolha" das mulheres é um passo corajoso e necessário para a libertação do pensamento e a exploração de novos caminhos (2010, p.35). Isso é essencial não apenas para a compreensão das relações lésbicas, mas também para a desconstrução de estereótipos prejudiciais.

Compreender a existência lésbica como uma forma natural de relacionamento é fundamental para desafiar a heterossexualidade compulsória e seus efeitos prejudiciais. Adrienne Rich nos fornece uma base teórica sólida para questionar a norma heterossexual e abrir caminho para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Essa desconstrução do formato único de ser e se relacionar está diretamente relacionado a construção de memória e história que permeiam a sociedade. Portanto, torna-se essencial o resgate das mulheres que se relacionaram com outras no passado. Nesse contexto, este estudo se baseia nas pesquisas de Ronaldo Vainfas (1989) e Luiz Mott (1987). De acordo com Vainfas *“Entre 1591 e 1595, 29 mulheres moradoras na Bahia e em Pernambuco foram arroladas pelo visitador por terem alguma vez praticado o nefando umas com as outras, das quais sete se viram processadas na Colônia”* (1989, p.175). Através desses registros históricos, é possível

não apenas identificar casos passados de relações entre mulheres, mas também aprofundar nossa compreensão dos padrões de apagamento e repressão histórica vividos durante esse período

Vainfas ainda nos traz uma perspectiva adicional evidenciando que:

O desdém inquisitorial em relação à sodomia feminina não passou de uma faceta da misoginia então reinante na cultura erudita ocidental: a mesma que proibia a nudez da mulher com mais rigor que a masculina; a mesma que, reproduzindo o corpo hipocrático, estigmatizava a vagina e o útero como órgãos imperfeitos e doentios, se comparados ao portentoso falo. (1989, p.178).

Baseando-se no mesmo documento histórico, as denúncias e confissões do Tribunal do Santo Ofício a partir de 1591, Luiz Mott traz em sua obra (1987) detalhes das confissões e julgamentos, além dos nomes e histórias confessionais das mulheres que prestaram depoimentos. Entre as que tiveram maior destaque estão Paula de Siqueira e Felipa de Souza. Paula, por ser a primeira a se confessar, tornou-se denunciante das demais que estavam envolvidas em relações com ela. Vale ressaltar que as penalidades eram mais brandas para quem confessasse suas culpas e nomeasse as demais envolvidas.

Felipa de Souza, mencionada por outras acusadas por ter mantido relações afetivas e sexuais com várias mulheres, ao ser interrogada, confirmou seus casos e assumiu seus sentimentos e desejos por outras mulheres (Mott, p.29). No entanto, em virtude de sua confissão, Felipa enfrentou as penalidades mais severas entre as acusadas, incluindo o açoite e o degredo da capitania.

Através desse resgate histórico das relações afetivas e sexuais entre mulheres, podemos oferecer uma base sólida para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo nas salas de aula. Compreendemos que “*A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas.*” (Louro, 1997, p.58) No entanto, para quebrar esses espaços delimitados e romper com o binarismo de gênero, é essencial reconhecer e celebrar os formatos de existência que vão além das normas estipuladas, abraçando a diversidade e evitando a exclusão das diferenças.

A base referencial dessa pesquisa, no que se refere à sexualidade, gênero e escola, é Guacira Lopes Louro (1997). A autora problematiza os lugares preestabelecidos dos gêneros e a reprodução desses estereótipos dentro das escolas. Além disso, enfatiza a importância da compreensão de que essa lógica faz parte de uma construção histórica.

A desconstrução trabalha contra essa lógica, faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita. (1997, p.32)

Por fim, o processo de inclusão e respeito pelas diferenças é possibilitado a partir do reconhecimento dessas existências fora da norma como formatos legítimos. Essa construção é viabilizada através da valorização das memórias e da história dessas existências e da compreensão dos padrões de apagamento do passado. Abraçar essa riqueza de experiências e identidades é fundamental para criar um ambiente inclusivo e igualitário em nossas escolas e na sociedade como um todo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada neste estudo teve como objetivo o resgate de histórias de mulheres que se envolveram em relações afetivas/sexuais com outras mulheres durante o período colonial brasileiro, bem como a análise da relevância dessa história na educação. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar resultados significativos que lançam luz sobre a invisibilidade histórica das mulheres lésbicas e demonstram a necessidade de abordar essa temática nos espaços escolares.

Os resultados obtidos a partir da pesquisa histórica revelaram casos de mulheres que foram condenadas no Brasil, durante o período colonial, por supostos envolvimento em práticas de sodomia. Embora a terminologia da época não incluísse um termo específico para mulheres envolvidas em relações lésbicas, os registros históricos forneceram evidências sólidas de que tais relacionamentos existiram. Paula de Siqueira e Felipa de Souza são exemplos de mulheres que evidenciam seus envolvimento com outras mulheres.

Os resultados também apontam para a importância da teoria de Adrienne Rich (1980) sobre a "heterossexualidade compulsória". A imposição da heterossexualidade como uma norma social opressiva e a instituição que subjuga as mulheres foi claramente identificada nos registros históricos. A sociedade da época considerava a heterossexualidade como a inclinação natural das mulheres, e qualquer desvio desse padrão era visto como desviante ou odioso. Esses resultados destacam como a imposição da heterossexualidade contribuiu para o apagamento histórico das mulheres lésbicas e a marginalização social e histórica que elas enfrentaram.

Este estudo também enfatiza a relevância de incluir as histórias de mulheres envolvidas em relações lésbicas no ensino de história. A falta de discussão e pesquisa sobre essa temática ressalta a necessidade de abordá-la nos espaços escolares.

Os resultados desta pesquisa corroboram as discussões de Guacira Lopes Louro (1997) sobre a importância de estudar sexualidades não heteronormativas na construção de uma escola que forme estudantes críticos em relação às normas impostas e que reconheça a pluralidade de existências. A inclusão de histórias lésbicas no currículo educacional contribui para criar um ambiente inclusivo e igualitário nas escolas.

Em conclusão, os resultados desta pesquisa revelam a importância do resgate das histórias de mulheres lésbicas do período colonial brasileiro, bem como a relevância de incluir essas narrativas nas salas de aula. O apagamento histórico das mulheres lésbicas contribui para a opressão e marginalização que elas enfrentam, tanto historicamente quanto nos dias de hoje. Compreender a imposição da heterossexualidade compulsória e desconstruir os estereótipos prejudiciais são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa.

A pesquisa ressalta a necessidade de ampliar a narrativa histórica e reconhecer a diversidade de experiências e identidades, promovendo a aceitação e o respeito à pluralidade de existências. Ao trazer essas histórias para o contexto educacional, estamos contribuindo para a construção de uma escola que forma estudantes críticos e conscientes das normas impostas e que celebra a riqueza das experiências humanas.

Diante dessa construção histórica ainda tão registrada no formato patriarcal de se relacionar, o qual abre concessões a liberdade feminina e aos lugares de luta do feminismo, manter o passado histórico no formato generalizante, único, e ignorar as possibilidades de relacionamentos homossexuais no passado é fortalecer a discriminação e preconceito sofridos na atualidade.

A necessidade de discutir as vivências de homossexualidade feminina no passado é uma construção histórica de resistência, que precisa estar presente em sala de aula, caso desejemos pautar o ensino e aprendizagem de maneira inclusiva, capaz de formar cidadãos críticos e conscientes da construção histórica das problemáticas atuais da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável que o ensino nas escolas continue a priorizar os feitos heroicos masculinos, negligenciando as contribuições das mulheres e ignorando a riqueza da diversidade de experiências e identidades. O resgate das histórias das mulheres lésbicas, frequentemente silenciadas pela história oficial, é essencial para criar uma narrativa histórica mais inclusiva e diversificada.

Nossa pesquisa histórica documentou casos de 29 mulheres condenadas entre 1592 e 1595 no Brasil por supostos envolvimento em práticas consideradas sodomitas na época. Embora a linguagem daquela época não abarcasse um termo específico para descrever mulheres em relações lésbicas, os registros históricos deixam claro a existência desses relacionamentos. Mulheres como Paula de Siqueira e Felipa de Souza representam exemplos das histórias recuperadas, ressaltando suas vivências e a coragem em assumir seus afetos por outras mulheres.

A análise teórica da "heterossexualidade compulsória", conforme proposta por Adrienne Rich, ofereceu valiosas perspectivas sobre como a imposição da heterossexualidade como norma social opressiva contribuiu para o apagamento histórico das mulheres lésbicas. Esta norma social tinha como objetivo principal a manutenção do poder masculino dominante, e as relações lésbicas desafiavam diretamente essa dependência das mulheres em relação aos homens.

A inserção das histórias das mulheres envolvidas em relações lésbicas no ensino de história é crucial. A ausência dessas narrativas nas salas de aula perpetua discursos lesbofóbicos e contribui para a invisibilidade das mulheres lésbicas na história, bem como nas problemáticas contemporâneas. A falta de discussão e pesquisa sobre essa temática destaca a necessidade urgente de abordá-la nos ambientes educacionais.

Este estudo sublinha a necessidade de ampliar a narrativa histórica, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades, promovendo a aceitação e o respeito à pluralidade de existências. Ao trazer essas histórias para o contexto educacional, contribuimos para a formação de uma escola que incentiva o pensamento crítico dos alunos em relação às normas sociais estabelecidas, ao mesmo tempo em que celebra a riqueza das experiências humanas. Este trabalho não apenas resgata a história, mas também reforça o compromisso com a igualdade e a justiça, desafiando a discriminação e a lesbofobia, enquanto promove a diversidade e a valorização das diversas formas de amar e existir



REFERÊNCIA

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOTT, Luiz. O Lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. 1982.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.